



UNIVERSIDADE, PESQUISA E DOCÊNCIA: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE OS ABUSOS DO ATUAL GOVERNO

UNIVERSITY, RESEARCH AND TEACHING: CRITICAL REFLECTIONS ABOUT THE CURRENT GOVERNMENT ABUSE

UNIVERSIDAD, INVESTIGACIÓN Y DOCENCIA: REFLEXIONES CRÍTICAS SOBRE LOS ABUSOS DEL ACTUAL GOBIERNO

Jenerton Arlan Schütz¹

Cláudia Fuchs²

Carlos Odilon da Costa³

Resumo: O presente escrito examina as atuais críticas endereçadas à universidade, à dimensão da pesquisa e aos professores. O intuito é apresentar, mediante análise e interpretação crítica dos fatos, entrevistas, falas e *tweets*, os principais desdobramentos de tais julgamentos, além de problematizar ao menos três de seus mais notáveis abusos: i) os ataques contemporâneos à educação (em seus diferentes níveis), pesquisa e docência; ii) o relativismo das pesquisas e dos conhecimentos científicos; iii) o de tornar as universidades em espaços de (suposta) balbúrdia e de produção/pesquisa irrelevante. O problema que daí decorre é deixar a pesquisa realizada nas universidades, sejam elas públicas ou privadas, à mercê da aprovação de recursos e financiamentos, e os professores com o risco de perder a dimensão da pesquisa, dimensão imprescindível para se investigar, compreender, interferir e estabelecer/elencar subsídios que sejam plausíveis de melhorar e desenvolver a realidade social no qual a universidade está inserida.

Palavras-chave: Brasil. Docência. Pesquisa. Universidade. Obscurantismo.

¹ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.

³ Centro Universitário Leonardo Da Vinci/UNIASSELVI. Indaial, Santa Catarina, Brasil.

Abstract: This paper examines the current criticisms addressed to the university, the research dimension and the teachers. The purpose is to present, through analysis and critical interpretation of the facts, interviews, speeches and tweets, the main consequences of such judgments, as well as problematizing at least three of its most notable abuses: i) contemporary attacks on education (at its different levels)), research and teaching; ii) the relativism of research and scientific knowledge; iii) to turn universities into spaces of (supposed) shambles and of irrelevant production / research. The problem that follows is to leave the research carried out in universities, whether public or private, at the mercy of the approval of resources and funding, and teachers at the risk of losing the research dimension, an indispensable dimension to investigate, understand, interfere with. and establish / list subsidies that are plausible to improve and develop the social reality in which the university is inserted.

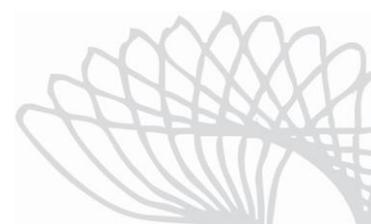
Keywords: Brazil. Teaching Search. University. Obscurantism.

Resumen: El presente trabajo examina las actuales críticas dirigidas a la universidad, a la investigación y a los profesores. Su objetivo consiste en presentar mediante análisis y interpretación crítica de los hechos, entrevistas, conversaciones y *tweets*, los principales desdoblamientos de tales planteamientos, además de problematizar por lo menos tres de sus más notables abusos: i) los ataques contemporáneos a la educación (en sus diferentes niveles), investigación y docencia; ii) el relativismo de las investigaciones y de los conocimientos científicos; iii) el de tornar las universidades en espacios de (supuesto) alboroto y de producción/investigación irrelevante. El problema que eso deja la investigación realizada en las universidades, públicas o privadas, a merced de la aprobación de recursos y financiamientos, y los profesores sufren el peligro de perder la dimensión de la investigación, dimensión imprescindible para comprender, interferir y establecer/enumerar subsidios que sean plausibles de mejorar y desarrollar la realidad social en la que la universidad está insertada.

Palabras-claves: Brasil. Docencia. Investigación. Universidad. Obscurantismo.

1 INTRODUÇÃO

O ódio é tema forte e frequente na história humana. Quando um discurso e as ações buscam interferir na dignidade humana, na igualdade entre as pessoas, no próprio regime democrático e nos valores que formam uma sociedade pluralista, é possível que se esteja diante de manifestações de ódio. No caso específico do governo brasileiro e a relação com as Universidades Públicas, essa manifestação fica evidente. Este ódio dirigido às universidades, à pesquisa, aos professores e ao conhecimento, traz à luz o ideário do governo marcado pelo obscurantismo, anti-intelectualismo e anticientificismo, o mesmo afronta inúmeras descobertas e estudos fundamentais para a humanidade com crenças baseadas na religião e na negação da ciência.



Examinar os ataques endereçados às universidades, à dimensão da pesquisa e aos professores é o objetivo deste escrito. Desse modo, realizar-se-á um movimento de análise e interpretação crítica dos inúmeros fatos, das entrevistas, falas, *tweets* e projetos envolvendo o atual governo e a educação pública, além da dimensão da pesquisa e da docência.

Nesse sentido, considera-se que os julgamentos do governo, muitas vezes, sem fundamentação ou aprofundamento algum, trazem desdobramentos sérios, entre eles, apontamos três de seus mais notáveis abusos, respectivamente: i) os ataques contemporâneos à educação (em seus diferentes níveis), pesquisa e docência; ii) o relativismo das pesquisas e dos conhecimentos científicos; iii) o de tornar as universidades em espaços de (suposta) balbúrdia e de produção/pesquisa irrelevante.

Nessa direção, para dar conta de tal empreitada, o estudo analisará, no primeiro momento, os ataques endereçados contemporaneamente à educação brasileira, isso, com o intuito de elucidar o enorme desprezo que o governo tem para com o conhecimento e o professor; por conseguinte, o estudo apresentará alguns argumentos do presidente, Jair Bolsonaro, e do Ministro da Educação, Abraham Weintraub, sobre a “balbúrdia” e a irrelevância das pesquisas que ocorrem nas universidades brasileiras, isso, a fim de demonstrar que tais argumentos não condizem com a veracidade dos fatos e a realidade da pesquisa científica realizada nas universidades; por fim, tematizar-se-á a importância da dimensão da pesquisa na universidade e seus desdobramentos para a sociedade, considerando que as universidades de pesquisa possuem um papel crucial, elas não só fornecem um ensino gratuito de qualidade e formam bons profissionais, mas principalmente atuam como locais de elaboração de conhecimento, de pensamento, impulsionando o desenvolvimento científico, tecnológico e intelectual de qualquer país.

2 OS ATAQUES CONTEMPORÂNEOS À EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DESPREZAR O CONHECIMENTO, MENOSPREZAR O PROFESSOR

Que a educação (em seus diferentes níveis) vem sofrendo inúmeros ataques do atual governo já não é mais novidade. A intensificação para se aplicar o projeto político-ideológico desenvolvido pelo governo, de caráter de extrema direita, já chegou ao Planalto Central. O projeto da “Escola sem Partido”, por exemplo, defendido pelo presidente Jair Bolsonaro e seus ministros, visa implantar nas escolas um único partido e um único projeto de educação, a saber, o de seu domínio ideológico. Ideologia essa que esbanja conservadorismo e falta de conhecimento sobre os



processos educacionais, propagando-se, com isso, desprezo, ódio e terror para com o patrimônio da sociedade que é a educação pública, laica, gratuita, universal, democrática, republicana.

Além disso, a ameaça imposta pelo atual governo no anseio de acabar com cursos das ciências humanas, apenas demonstra o desprezo do governo pelo conhecimento, pela ciência, pelo pensamento. Nesse sentido, o governo, com apelo moral, concentra seus ataques às ciências humanas e sociais, na filosofia, história e sociologia, justificando que essas áreas não dão um retorno imediato para a sociedade e nem melhoram a mesma, diferentemente das Engenharias e outras áreas mais.

Outrossim, refletir profundamente sobre a quase total abolição desses cursos deveria ser uma preocupação primária de todos. Uma vez que o desconhecimento filosófico, histórico, sociológico causa um efeito social muito negativo, a saber, os cidadãos não se reconhecem como membros de uma comunidade porque perderam as suas referências comuns.

Parece-nos, diante desse contexto, que os cidadãos dos países democráticos (por exemplo, o Brasil) não possuem a menor noção da longa luta de seus antepassados para conseguir este tipo de sistema, enquanto que, sob os presentes ataques à educação e docência, os imigrantes poderão desconhecer, ao mesmo tempo, a história de seu país e a do de adoção. É por isso que todos aqueles que adentram o mundo humano devem (ao menos deveriam) aprender que o mundo não nasceu democrático e republicano, ou seja, a democracia e a república não são algo dado ou espontâneo, mas que se conquistou a duras penas, com rupturas revolucionárias.

Além disso, o que pode vir a acontecer em um país quando os cidadãos não têm em comum nenhum acervo cultural? Já não se poderá viver em uma sociedade coerente e organizada, mas sim em uma de vários “grupinhos justapostos”. Por isso, deve-se recordar que todos os regimes autoritários se destacaram por querer impor a amnésia histórica a seus súditos. Convém-lhes, por exemplo, que a história comece com eles e que seja transmitida a sua versão do passado, uma bela analogia à proposta do atual governo.

Não bastasse, para o atual governo, os professores são denominados de doutrinadores e que apenas satisfazem e impõem as suas visões político-ideológicas em sala de aula, tal como é apresentado no Projeto da Escola sem partido.

Para o atual governo, as denominadas “práticas de doutrinação política e ideológica nas escolas” seriam decorrentes da base teórica marxista, gramsciana e, principalmente, a freireana seria a que teria influenciada a pedagogia brasileira. Em um artigo presente no site do Programa da



Escola sem Partido⁴, o colaborador Rodrigo Constantino acusa “a educação contemporânea” de ser “uma máquina de formar alienados, aqueles que vão depois defender o PT e o PSOL”. Sem distinção, transfere a responsabilidade por todos os problemas da educação à esquerda brasileira. E quando não há o que ser transferido, os defensores/adeptos os criam. É o caso da distorção do conceito de ideologia que promovem, revelando a incapacidade de seus defensores de reconhecerem que o projeto em vigor se coloca, também ele, sob perspectiva ideológica. Semelhante absurdo ocorre com a equivocada expressão “ideologia de gênero”, cunhada para subverter as discussões sobre gênero e atribuir a elas uma conotação pejorativa.

Na mesma direção, em entrevista à repórter Ingrid Fagundes⁵, o advogado Miguel Nagib afirma que, no Brasil, quem promove, de forma sistemática e organizada, a doutrinação político-ideológica em sala de aula, com apoio teórico (Gramsci, Althusser, Freire, Saviani, etc.), político (governos e partidos de esquerda, PT à frente), burocrático (MEC e secretarias de educação), editorial (indústria do livro didático) e sindical é de esquerda.

Estas e outras entrevistas, além de artigos de opinião, definição de objetivos e justificativas do Programa – considerados todos *isentos* de qualquer ideologia – encontram-se disponíveis no site do movimento. Na seção sobre os objetivos, aliás, além de instruir os pais e alunos sobre os procedimentos que devem ser seguidos para denunciar os professores, os idealizadores reforçam que o site foi criado “para dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos”. Afirmando que a luta é “pela descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas”.

Convém destacar, ainda, a crítica que os defensores do movimento Escola sem Partido endereçam ao documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para os quais novamente a marca da esquerda brasileira aí é invocada. O Deputado Rogério Marinho, o mesmo que criou o Projeto de Lei n. 1411/2015⁶, “tipifica o crime de Assédio Ideológico e dá outras providências”, entre elas a “pena-detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano e multa”.

Além disso, em seu § 1º, acrescenta que “se o agente for professor, coordenador, educador, orientador educacional, psicólogo escolar, ou praticar o crime no âmbito de estabelecimento de

⁴ Disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org/>.

⁵ A entrevista completa está disponível em: <https://odia.ig.com.br/conteudo/noticia/brasil/2015-09-06/escola-sem-partido-quer-fim-da-doutrinacao-de-esquerda.html>.

⁶ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1229808>.



ensino, público ou privado, a pena será aumentada em 1/3” e, no § 2º, que “se da prática criminosa resultar reprovação, diminuição de nota, abandono do curso ou qualquer resultado que afete negativamente a vida acadêmica da vítima, a pena será aumentada em 1/2”. Outro ponto que merece destaque é a opção de acesso no site do “Escola sem Partido” denominada de “Síndrome de Estocolmo”⁷. Nela, os idealizadores alegam que os alunos são vítimas de um “sequestro intelectual” que os tornariam reféns de seus professores/doutrinadores.

Numa linguagem bastante simples, o projeto “Escola sem partido” apresenta objetivos claros que se valem – ao mesmo tempo que expressam – a polarização da política brasileira, acirrada com as eleições presidenciais de 2018. Desse modo, difunde, no âmbito educacional, uma nova concepção de escolarização, um novo discurso sobre o lugar e ofício do professor, inclusive com a possibilidade de delação.

Além disso, como lembra Bittencourt (2017), trata-se do cerceamento da liberdade de cátedra do professor na realidade educacional brasileira mediante o projeto ideológico da Escola sem Partido, que apregoa o fim do partidarismo político na atuação docente em sala de aula. Contudo, o citado projeto mascara suas reais intenções, que é a de eliminar da atuação do professor o seu papel de estimulador da reflexão crítica sobre os problemas sociais de nossa realidade política, auxiliando assim os estudantes a compreenderem as nossas contradições estruturais. A ideologia da Escola sem Partido defende a neutralidade pedagógica, mas a própria construção curricular já denota ausência de neutralidade, pois diversos critérios e interesses ocultos se encontram subjacentes no currículo pedagógico.

Na mesma direção, podemos considerar que é preocupante a declaração do ministro da educação, Weintraub, que aparentemente pretende criar condições para a liberdade de expressão. Para ele, as universidades têm logicamente o direito de se expressar, desde que o desempenho acadêmico esteja bom. “Só tomaremos medidas dentro da lei. Posso cortar e, infelizmente, preciso cortar de algum lugar”⁸, afirmou. “Para cantar de galo, tem de ter vida perfeita”. Contudo, com esse tipo de fala e ato, pretende-se, unicamente, restringir a liberdade de pensamento e promover o patrulhamento ideológico dentro dessas instituições de ensino.

Ademais, os sucessivos cortes nas políticas educacionais – seja na educação básica ou no ensino superior – e a ameaça de acabar com a vinculação constitucional que assegura os recursos

⁷ Disponível em: <http://escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo>.

⁸ A notícia completa está disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/estudante/ensino_ensinosuperior/2019/04/30/ensino_ensinosuperior_interna,752333/mec-mira-universidades-por-balburdia-e-corta-30-de-verba-da-unb.shtml.



para a educação evidenciam o fidedigno desejo pelo viés privatista do governo. Trata-se de um governo que quer entregar aos grandes empresários a educação conquistada pelo povo brasileiro. É exatamente por isso que fomenta as políticas de *vouchers*, a educação domiciliar, o projeto escola sem partido, incentiva a agressão à gestão democrática e à autonomia das escolas/universidades, defende a militarização escolar; sustenta a inoperância inescrupulosa do Ministério da Educação, que afeta a qualidade do atendimento público nas escolas, institutos federais e universidades; defende a revogação de inúmeros conselhos de acompanhamento social, impondo inúmeros retrocessos à gestão democrática.

Percebe-se, a partir do contexto supracitado, que tudo não passa de um pacote de ideias, projetos e concepções “bem articulado”, que visa atingir todos os níveis da educação, além de desprezar o conhecimento produzido pelas instituições, sem elas, não há ciência, sem a escola a ciência seria impossível. Desprezar a autoridade docente também está neste pacote do governo, denunciar os professores, vigiá-los, puni-los, considerá-los doutrinadores e disseminadores de práticas político partidárias ou ideológicas é lamentável.

Não bastasse, em recente fala do Ministro da Educação, Weintraub confirmou que o corte (e não mais contingenciamento) na educação de R\$ 926 milhões foi para ser utilizado no pagamento das emendas parlamentares. Isso mostra mais a ligação entre a reforma da previdência e os ataques à educação básica e superior⁹. Esse remanejamento atinge, na área da Educação, ações como o apoio à manutenção da educação infantil, concessão de bolsas na educação superior e básica, valorização docente, investimento na educação pública e apoio ao funcionamento de instituições federais de ensino.

Ademais, no dia 17 de agosto de 2019, inúmeros meios de comunicação vincularam a notícia de que o MEC irá utilizar o IDH, a nota de curso e a área prioritária para conceder bolsas de pós-graduação. Conforme o jornal “Estadão”, o novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as universidades estão localizadas, além do teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado¹⁰.

⁹ Notícia divulgada pela Folha de São Paulo no dia 16 de agosto de 2019. Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/weintraub-admite-ser-corte-r-926-milhoes-do-orcamento-da-educacao-remanejados-para-pagar-emendas.shtml>.

¹⁰ A notícia completa está disponível em: https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-usara-idh-nota-de-curso-e-area-prioritaria-para-conceder-bolsas-de-pos,70002971476?fbclid=IwAR2IsVP6-10YjciJ_DGuKMX4edzIntYsWNDHA8WLP2ODoIQH45W5ZcpiM00.

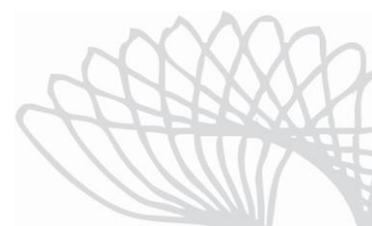


Ainda na mesma notícia, para o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Anderson Correia, cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas que ele classifica como de “humanas puras” serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais, para o presidente, “priorizar uma área não é matar outra”.

O problema que daí decorre é favorecer apenas cidades em que o indicador do IDH seja mais alto e desfavorecer áreas e regiões em que o IDH é menor. Além disso, a área das ciências humanas pode ser muito prejudicada com o direcionamento de bolsas para outras áreas. Na sua conta de *Twitter*, no dia 26 de abril de 2019, o presidente Jair Bolsonaro postou a seguinte mensagem: “O Ministro da Educação @abrahamWeinT estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. **O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina**” (grifo nosso).

Decorrem daí três fatores importantes e que são desconsiderados pelo governo: Em primeiro lugar, a educação em todos os seus níveis não pode e não gera retorno imediato de seu investimento: trata-se de um investimento nacional para as gerações futuras, um investimento a longo prazo; por conseguinte, o mundo contemporâneo requer não apenas competências técnicas e especializadas, mas uma ampla formação intelectual e generalizada para os cidadãos, somente assim terão condições plenas para participares, futuramente, da esfera decisória de poder; por fim, não cabe aos políticos, em sociedades democráticas e republicanas, decidir o que constitui um bom ou um mau, melhor ou pior saber. A avaliação dos conhecimentos e de sua utilidade não deve ser submetida à bitola da conformidade a uma ideologia dominante e única.

Não é por acaso que ideias como a da Terra Plana tem ganhado número cada vez maior de adeptos. Os “anti-intelectuais” questionam a eficácia de vacinas e rejeitam veemente a Teoria da Evolução de Darwin. No campo pedagógico, os “anti-intelectuais” (que nunca pisaram em uma sala de aula, exceto como alunos) querem erradicar as ideias de Paulo Freire das escolas, uma vez que acreditam que as escolas brasileiras não respeitam os valores tradicionais da família (umbigo familiar/convicções familiares), e que as instituições de ensino são responsáveis por promover a “ideologia de gênero”, o “cientificismo” e a “doutrinação comunista”. Se não bastasse, entre os “anti-intelectuais” está na moda ser “politicamente incorreto”, por isso chegam a negar fatos como o massacre de indígenas durante o período colonial, a escravidão e o golpe militar de 1964.



Portanto, a trajetória histórica da educação no Brasil mostra que ela nunca foi prioridade no País, ela apenas é bem destacada nos discursos e *slogans* políticos, contudo, como vimos, o atual governo está abusando dela. A multifacetada realidade brasileira e os problemas que a educação brasileira enfrenta, desde o sucateamento das escolas públicas, a precariedade da formação e valorização dos professores que nelas atuam, à desigualdade social, econômica e cultural dos alunos, demonstra o descaso e desprezo para com a educação pública no País. A glória de todo país está no modo de como o governo trata a escola pública, as universidades e os seus professores.

3 SOBRE A BALBÚRDIA E A IRRELEVÂNCIA DAS PESQUISAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA

Os primeiros meses do governo de Bolsonaro foram e são marcados por inúmeras críticas endereçadas à classe dos professores, à pesquisa, às universidades e à ciência brasileira. Para Abraham Weintraub, Ministro da Educação, as universidades brasileiras promovem balbúrdias, eventos ridículos e possuem um baixo desempenho acadêmico. Segue-se a isso, a defesa do ministro pelo corte orçamentário de inúmeras instituições públicas, que na verdade, foi expresso pelo ministro como um mero contingenciamento de verbas, porém, como vimos, no dia 16 de agosto de 2019, Weintraub se retratou e disse que foi, realmente, um corte de 926 milhões de reais e que este valor foi destinado para emendas parlamentares.

Lembramos que no dia 22 de maio de 2019, o ministro Weintraub foi convocado para comparecer ao Congresso para esclarecer os contingenciamentos anunciados na verba das universidades e instituições federais de ensino superior. Na ocasião, o ministro se recusou a pedir desculpas por usar o termo “balbúrdia” ao se referir as universidades federais. “Eu não tenho problema nenhum em pedir desculpas, mas esse não”, disse Weintraub em resposta ao deputado Marcelo Freixo do PSOL¹¹.

Não bastasse, a afirmação do presidente da República durante entrevista à rádio Jovem Pan, na noite de segunda-feira, 8 de abril de 2019: “[...] e nas universidades, você vai na questão da pesquisa, você não tem, poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte tá na iniciativa privada, como a Mackenzie em São Paulo, quando trata do grafeno”.

¹¹ A notícia completa está disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/05/22/interna_politica,756608/ministro-da-educacao-recusa-a-se-desculpar-por-usar-o-termo-u201cbalb.shtml.



Percebe-se, a grosso modo, a crítica de que nada de bom se produz nas universidades brasileiras, que as universidades brasileiras não possuem pesquisa de ponta. Ou então, que nelas só se produz balbúrdias e coisas desinteressantes (de segundo plano/secundárias). Tais críticas fazem com que a pesquisa, a ciência e a tecnologia fiquem à mercê de investimentos públicos, inclusive, desamparadas para qualquer continuação e melhoria.

Em outra notícia divulgada pelo “El País”, intitulada: “Não tenho dinheiro para um tubinho de plástico: os cientistas que estão saindo do Brasil¹²”, afirma-se que existe uma crescente fuga de cérebros do Brasil, ou seja, é um dos impactos mais imediatos e visíveis dos cortes no orçamento em ciência e tecnologia promovidos pelo Governo Federal nos últimos anos, algo que vem congelando pesquisas e bolsas, ameaçando laboratórios de fechar.

Para se ter uma ideia da imensidão do problema, só em 2017, conforme a mesma notícia supracitada, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), responsável por dezenas de unidades de pesquisa, laboratórios em universidades e bolsas de estudos cedidas pelo CNPQ, sofreu um corte de 44% do orçamento que estava previsto para este ano. A previsão era de 5,8 bilhões de reais, mas apenas 3,3 bilhões foram liberados pelo Governo de Michel Temer (PMDB). A perspectiva é de que em 2018 haja um corte de mais 25%. Em 2010, quando a pasta de Comunicações ainda não estava incorporada ao ministério, o orçamento teve um pico de aproximadamente 8,6 bilhões de reais — corrigido pela inflação, o equivalente a 10 bilhões de reais hoje.

Outrossim, importa destacar que tirar o dinheiro de ciência e tecnologia não resolve o problema financeiro do País. Analogamente, é como se alguém tivesse um problema financeiro em casa e decidisse parar de tomar o remédio para o coração que custa um real, ao invés de cortar as contas com viagem, restaurante ou compras desnecessárias para o momento. Esta é a sensação e momento que vive a ciência brasileira, infelizmente.

No dia 30 de Abril, o “Estadão” publicou na versão digital, uma notícia com as falas do ministro da educação em relação às universidades, professores, pesquisa e ciência no País¹³. Contudo, na mesma semana, o “Estadão” mostrou que as universidades acusadas de “balbúrdia” pelo atual governo tiveram melhora significativa no principal ranking universitário internacional, o *Times Higher Education* (THE).

¹² Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/28/ciencia/1511838032_059250.html.

¹³ Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>.



Conforme o documento “Pesquisa no Brasil: um relatório para a CAPES da *Clarivate Analytics*¹⁴” (tradução nossa), o Brasil produz trabalhos muito citados e conseguiu bons índices no top 1% do mundo.

Além de analisar o desempenho médio das pesquisas brasileiras usando o impacto médio de citações, podemos avaliar a medida em que pesquisadores brasileiros publicaram pesquisas de alto impacto. Isso é feito analisando a porcentagem de artigos brasileiros no top 1% e top 10% dos trabalhos mais citados.

Notavelmente, entre 2011 e 2016, o percentual de artigos brasileiros nos primeiros 1% dos artigos mais citados aumentou rapidamente para atingir a média mundial (Figura 4). Em termos absolutos, a produção de artigos do Brasil que exceder esse limite mais do que dobrou de 206 em 2011 para 483 em 2016. No mesmo período, os jornais brasileiros no top 10% só mostraram aumentos modestos, aproximadamente proporcionais ao aumento do número total de artigos brasileiros publicados (Figura 5) (CROSS; THOMSON; SINCLAIR, 2017, p. 10, tradução nossa)¹⁵.

Sobre as figuras citadas, decidimos em apresentar as originais do próprio documento, seguindo a análise feita por Cross, Thomson e Sinclair, (2017, p. 10). Isso, com o intuito de demonstrar a falta de conhecimento por parte do atual governo quando este se refere às pesquisas e produções realizadas no País e a importância das mesmas em escala mundial.

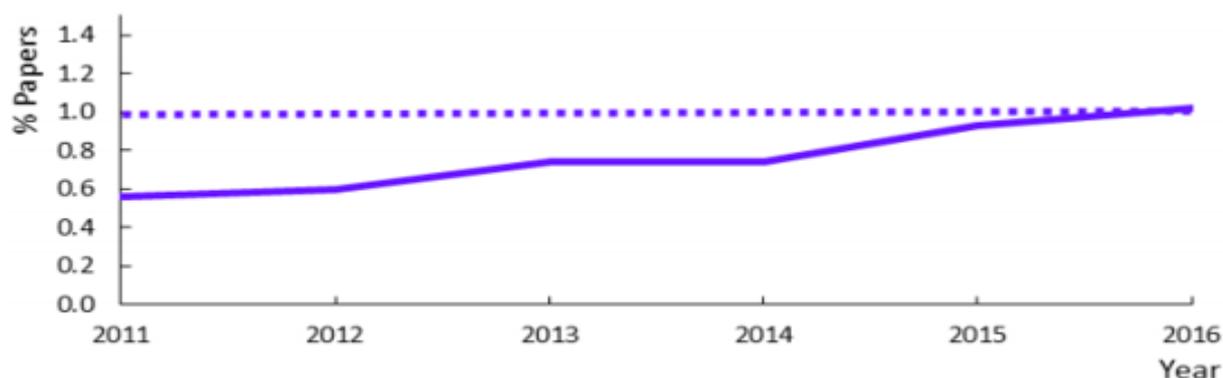
¹⁴ Original: “*Research in Brazil: a report for CAPES by Clarivate Analytics*”.

¹⁵ Original: “*In addition to analyzing the average performance of Brazilian research using the average citation impact we can assess the extent to which Brazilian researchers have published very high-impact research. This is done by analyzing the percentage of Brazilian papers in the world’s top 1% and top 10% of most highly-cited papers*”.

“*Remarkably, between 2011 and 2016 the percentage of Brazilian papers in the world’s top 1% of most highly-cited papers has increased rapidly to reach the world average (Figure 4). In absolute terms Brazil’s output of papers that exceed this threshold has more than doubled from 206 in 2011 to 483 in 2016. Over the same period Brazilian papers in the top 10% has only shown modest increases, roughly proportional to the increase in the total number of Brazilian papers published (Figure 5)*”.

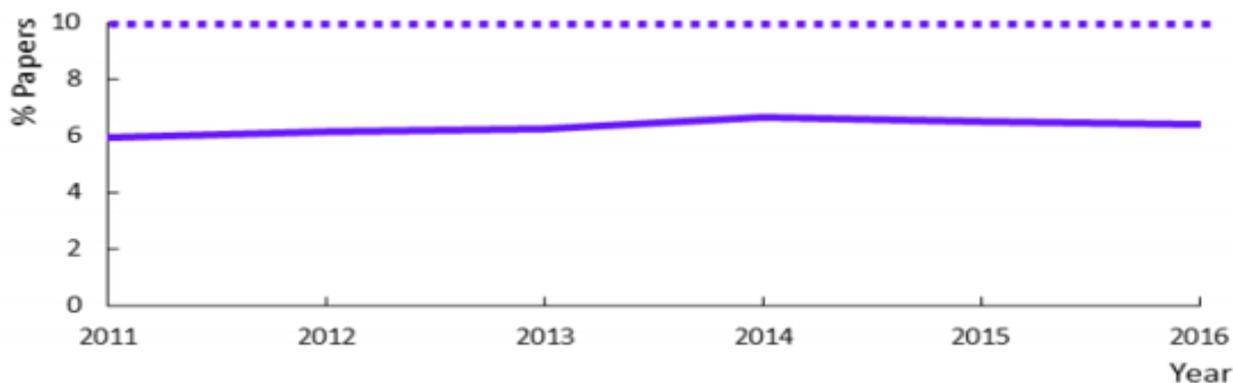


Figura 1 – Porcentagem de artigos brasileiros no 1% dos artigos mais citados no mundo entre 2011 e 2016 (média mundial marcada pela linha pontilhada).



Fonte: Cross, Thomson e Sinclair, (2017, p. 10).

Figura 2: Porcentagem de artigos brasileiros entre os 10% mais citados no mundo entre 2011 e 2016 (média mundial marcada pela linha pontilhada).



Fonte: Cross, Thomson e Sinclair, (2017, p. 10).

Percebe-se, desse modo, um certo desconhecimento, por parte do atual governo, dos índices e produções realizadas nas universidades do Brasil e no mundo. O total desprezo pela pesquisa realizada e, conseqüentemente pelos resultados dela provenientes, somente demonstram a falta de realidade do que está acontecendo, de fato, nas universidades e instituições de pesquisa do País. Não bastasse, de acordo com a mesma produção realizada pela *Clarivate Analytics* a pedido da CAPES, o Brasil, no período de 2011-2016, publicou mais de 250.000 artigos na base de dados *Web of Science* em todas as áreas do conhecimento, correspondendo à 13ª posição na produção científica global, num total de mais de 190 países.

Para o presidente da Academia Brasileira de Ciência, Luiz Davidovich, físico e professor da UFRJ, “Mais de 95% das publicações referem-se às universidades públicas, federais e estaduais. O artigo lista as 20 universidades que mais publicam (5 estaduais e 15 federais), das quais 5 estão na



região Sul, 11 na região Sudeste, 2 na região Nordeste e 2 na Centro-Oeste¹⁶". Além disso, para o Coordenador do projeto Métricas, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o professor Jacques Marcovich, ex-reitor da USP (1997-2001), das 20 universidades que mais publicam no Brasil, não há nenhuma privada¹⁷, contrapondo, justamente, a fala do presidente de que há pouca produção nas universidades públicas e pesquisas "boas" em instituições privadas.

Nessa direção, podemos considerar que as razões apresentadas pelo ministro para os cortes na pasta da educação, além de não corresponderem à veracidade dos fatos, como vimos no tocante ao desempenho acadêmico, não se qualificam como razões legítimas. A despeito de não ter o ministro detalhado exatamente os eventos que interpreta como "balbúrdia" e "ridículos", temos duas indicações: as menções a eventos com presença de "sem-terras" e de "gente pelada".

Por extrapolação, digamos, o ministro se referia a eventos com uma natureza de reflexão e expressão política, num caso, e artística, no outro. Se essa interpretação é razoável, então de duas uma: ou o ministro só quer eliminar da universidade o seu caráter de espaço do pensamento crítico, da experimentação livre – das ciências às artes, da mecatrônica à antropologia -, reduzindo-a à função escolar de mero local de transmissão de informação, ou então ele se arvora a função de supervisor ideológico.

O que a ciência brasileira precisa não é de uma imposição de pensamento único, nem de ódio, nem de perseguição e difamações das mais diferentes origens. O que a ciência brasileira precisa é de investimento público e de possibilidades de avanço, aperfeiçoamento e aprofundamento de pesquisas, inclusive para difundir a diversidade e a pluralidade de pensamentos, para o bem da universidade, da ciência, da tecnologia e da sociedade como um todo.

4 A PESQUISA COMO ATIVIDADE FUNDAMENTAL NAS UNIVERSIDADES/PARA AS SOCIEDADES: A CRÍTICA DA CRÍTICA

As universidades são lugares onde as pessoas se encontram para pensar em conjunto. Sem o pensamento em diálogo com os outros não pode haver juízo informado, nem possibilidade de ação moral ou de ação coletiva.

¹⁶ A notícia completa está disponível em: <http://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>.

¹⁷ Ver mais em: <http://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>.



A educação (em seus diferentes níveis) nos dá um espaço protegido dentro do qual podemos pensar contra a opinião recebida: um espaço para questionar e desafiar, para imaginar um mundo de diferentes perspectivas (para além da extensão do próprio umbigo), para refletir sobre nós próprios na relação com os outros e, ao fazê-lo, compreender o que significa assumir responsabilidade pelo mundo comum.

É tarefa, também da universidade, assegurar que tal espaço permaneça aberto e acessível a todos, independentemente dos antecedentes de cada um. Mas, só pode fazê-lo se não se enclausurar no espaço que disponibiliza. É preciso manter presente que o pensamento é discursivo, que pensar é uma atividade heurística e exploratória, imprevisível nos seus resultados, incerta e indeterminada.

Num mundo profundamente dividido, pensar em conjunto talvez seja o nosso recurso mais válido, e a universidade (e as escolas em geral) talvez seja um dos poucos lugares dentro dos quais esse recurso do pensamento pode ainda encontrar um valor incondicional e humano.

Para Dalbosco e Fávero (2017, p. 15):

Enquanto patrimônio social e cultural de imensa grandeza, historicamente, a universidade se caracterizou como a instituição responsável pela produção e pela transmissão da experiência cultural e científica da sociedade bem como pela formação de competentes recursos humanos, imprescindíveis para o desenvolvimento científico e tecnológico das nações e para o avanço das sociedades.

Desse modo, na especificidade da universidade, o pensamento acontece nas três dimensões consideradas imprescindíveis e indissociáveis: a pesquisa, o ensino e a extensão. Pelo fato do presente escrito focar nas críticas endereçadas à dimensão da pesquisa, iremos dar ênfase apenas a essa dimensão, tomando-a como aspecto fundamental para as sociedades democráticas e republicanas.

Um professor de universidade, envolvido com as atividades de pesquisa é, necessariamente, um especialista e atualizado em sua área de conhecimento/formação, por isso, está constantemente sendo avaliado e questionado pelos seus pares da comunidade científica em que está inserido. Não obstante, podemos afirmar que a própria validação do conhecimento científico depende de uma certificação no âmbito da comunidade científica. Ou seja, não se produz qualquer coisa e de qualquer jeito nas universidades, tal como supõe o atual governo.

Sendo a universidade um espaço de constituição e construção do pensamento livre, reflexivo e crítico, ela tem o dever e o desafio de contextualizar e indagar-se sobre os rumos do



desenvolvimento científico e tecnológico, a fim de evitar, como lembra Santos (2003), de reforçar as visões parciais, unilaterais e comprometedoras de um diagnóstico mais acurado.

Nesse sentido, diante dos inúmeros ataques provenientes do atual governo, a passagem de Dalbosco e Fávero (2017) elucida as consequências para o âmbito universitário, a saber, a perda da autonomia e da liberdade se faz sentir na forma como está sendo (re)organizada a racionalidade instrumental da universidade, a saber, a implementação de uma estrutura vertical e centralizada de administração, substituindo as estruturas democráticas de gestão; o fim da estabilidade dos docentes e demais funcionários; o estabelecimento de mecanismos de controle e de avaliação da produtividade; a eliminação ou reorganização das atividades que não agregam valor econômico, ou imediato; a desqualificação e posterior eliminação das áreas de conhecimento que não estão alinhadas às demandas do mercado; a progressiva eliminação da liberdade de produção acadêmica e da liberdade de investigação; o direcionamento da pesquisa para as demandas de interesse das empresas e do mercado; o enxugamento e flexibilização dos currículos de acordo com as exigências da clientela; enfim, a transformação da educação superior em um negócio e consequente mercantilização das universidades.

Ademais,

A pesquisa nas universidades não é um mal necessário, não é um bem desnecessário, ela é o germe da evolução, ela é um bem impreterível e profundamente necessário[...]. A pesquisa nem sempre melhora a didática dos professores (qualidade esta que de algum modo pertence à categoria dos talentos naturais), mas sempre melhora o conteúdo desta didática, a sua substância, a essência de sua mensagem. A pesquisa coloca o saber de quem ensina num contexto mais amplo, mais rico, define seu contorno, unifica, acrescenta nuances, lhe dá versatilidade, relevo, vida, alegria [...] (TSALLIS, 1985, p. 570).

Para Severino (1996), na universidade, ensino, pesquisa e extensão efetivamente se articulam, mas a partir da pesquisa, ou seja, só se aprende, só se ensina, pesquisando; só se presta serviços à comunidade, se tais serviços nasceram da pesquisa. O professor precisa da prática da pesquisa, para ensinar eficazmente; o aluno precisa dela, para aprender eficaz e significativamente; a comunidade precisa da pesquisa, para poder dispor de produtos do conhecimento; e a universidade precisa da pesquisa, para ser mediadora da educação. Eis a importância da pesquisa.

Dessa maneira, a pesquisa deve estar alicerçada na responsabilidade, na ética e na solidariedade social. Se quisermos ser responsáveis pelo futuro de nosso país, então devemos refletir sobre a ciência, direcionando-a ao agir consciente e ético, pois de nada serve a sabedoria se ela não colaborar para um mundo mais justo, solidário e harmônico. Afinal, é por isso que se faz



pesquisa, uma vez que a aposta de todo pesquisador é que o mundo continue, se aperfeiçoe e se aprofunde.

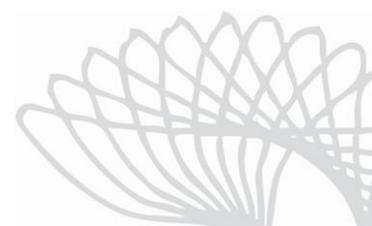
Importa destacar, na contramão dos discursos do atual governo, que ninguém se torna pesquisador, cientista, se não dominar os conhecimentos já existentes na área em que ele se propõe a ser um investigador, a fazer ciência. É isso que o professor pode fazer e que só a universidade sabe fazer. Por isso, concordamos com Bujes que a pesquisa, provém quase sempre “[...] de uma insatisfação com respostas que já temos, com explicações das quais passamos a duvidar, com desconfortos mais ou menos profundos em relação a crenças que em algum momento, julgamos inabaláveis. Ela se constitui na inquietação” (BUJES, 2007, p. 16).

Desse modo, a pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução de um ou mais problemas. A pesquisa se realiza quando temos um problema e não temos informações suficientes para solucioná-lo de imediato. Na esteira do pensamento freireano, “[...] pesquiso para constatar, contatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (FREIRE, 1999, p. 32).

É por meio da pesquisa que professores e pesquisadores produzem referenciais de objetividade para o mundo humano, é por meio dela que se conserva a preocupação com a validade e a veracidade, com o rigor e a consistência metodológica. É a pesquisa que possibilita validar os conhecimentos e submetê-los à avaliações e questionamentos de determinada comunidade científica. Da universidade espera-se, mormente, que consiga formar profissionais e pesquisadores com sólidos valores éticos e de cidadania e que gere conhecimento – ciência, tecnologia, humanidades e artes – voltado à solução de problemas relevantes para a humanidade e para a sociedade que a financia.

As universidades de pesquisa possuem um papel crucial na sociedade, elas não só fornecem um ensino de qualidade e formam bons profissionais, mas principalmente por atuarem como locais de elaboração do pensamento e de conhecimento, impulsionando o desenvolvimento científico, tecnológico e intelectual de qualquer país.

Lembramos que toda pesquisa realizada nas universidades se torna um produto. Esse mesmo produto vai ser destinado para a sociedade de maneiras diversas, ou seja, pode ser na forma de recursos humanos, de trabalhos científicos, de tecnologias, de inovações, de serviços. Contudo, tudo provém de uma dimensão: a pesquisa. Não obstante, nem todos os produtos da pesquisa são entregues imediatamente, alguns duram décadas para estarem prontos e disponíveis de forma segura e ética para toda a sociedade usufruir.



Importa dizer que no Jornal da USP há uma reportagem completa sobre a pesquisa no Brasil, publicada em 5 de abril de 2019. O título da reportagem é: “Fábricas de conhecimento: o que são, como funcionam e para que servem as universidades públicas de pesquisa”. Nela são apresentados dados, informações relevantes, pesquisas realizadas e elementos essenciais para se compreender o que realmente acontece em uma universidade de pesquisa¹⁸. Dessa forma, o conteúdo do jornal contradiz todas as afirmações feitas pelo atual governo e expõe a veracidade sobre a pesquisa no Brasil.

Não existem países socialmente equitativos sem uma educação republicana, laica, universal e de qualidade. O Brasil, apesar de todas as vicissitudes, conseguiu, a duras penas, construir um sistema público de ensino superior. Algumas de suas universidades estão entre as melhores do mundo. Foram elas que ajudaram, à sua maneira, a superar as amarras do subdesenvolvimento, da tirania e a discriminação social presente na sua história. Indagamos: Que vantagem o atual governo enxerga ao tentar destruí-la (a universidade)?

Portanto, é a pesquisa que permite o alargamento de horizontes compreensivos e interpretativos, afinal, é isso que faz uma universidade ser universidade, e não outra coisa, deve ser por este fato que o atual governo a despreza tanto. Ademais, por uma questão de dever e de ofício, os acusadores dos professores, das universidades e da pesquisa, se estiverem realmente preocupados com a educação e com o problema da suposta balbúrdia e da irrelevância e falta de pesquisa “de ponta”, poderiam começar tomando, com retidão, partido pela educação, pela universidade, pelos seus professores e pela pesquisa, para o bem de todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência, a pesquisa e a universidade são dimensões essenciais para qualquer civilização que tenha em seu horizonte compreensivo, a necessidade da continuidade do mundo humano e o seu aperfeiçoamento.

Todavia, é preciso mostrar que existe método mesmo (e sobretudo) na violência e nas barbáries autoritárias, mormente quanto institucionalizadas: o anti-intelectualismo manifesto do núcleo duro deste governo não é um epifenômeno, mas a encarnação de sua representação (imagem). E é este núcleo duro, ideológico e explicitamente habituado a práticas autoritárias de

¹⁸ Ver mais em: <https://jornal.usp.br/ciencias/fabricas-de-conhecimento/>.



governo, que necessita da narrativa obsessiva do inimigo interno, – no caso presente, “nós, os inimigos” (nós os professores).

Por este motivo, o pensamento crítico, para o atual governo, é insuportável, – assim como lhe são insuportáveis o espírito republicano e as práticas democráticas de governo. É preciso concordar que os gestos de força e de perversidade do governo são os gestos que trazem à luz a absoluta incompetência para compreender e manter o que define o ambiente universitário e a própria política democrática ao menos desde a modernidade, ou seja, a liberdade de pensamento, de pesquisa e de crítica.

A razão do governo encontrará nas universidades brasileiras uma profecia autorrealizável, as instituições brasileiras foram forjadas pelos exemplos de resistência e defesa das liberdades democráticas durante as décadas mais sombrias da ditadura civil-militar brasileira, e continuarão resistindo contra as investidas do autoritarismo. Nenhum país se desenvolveu sem autonomia científica. Não há país sem ciência!

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, R. N.. A impossível neutralidade discursiva na práxis educacional e a improbidade ideológica da Escola sem Partido. **Revista Espaço Acadêmico**, 16(191), 117-133, 2017.
- BUJES, M. I. E.. Descaminhos. In: COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2. ed. (p. 13-34). Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- CROSS, Di; THOMSON, Simon; SINCLAIR, Alexandra. **Research in Brazil: A report for CAPES by Clarivate Analytics**. Clarivate Analytics, 2017. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>>. Acesso em: 10 de Julho de 2019.
- DALBOSCO, C. A.; FAVERO, A. A. Universidade e formação pedagógica: a busca por excelência em ensino, pesquisa e extensão. In: SGARI, R.; VALERIO, P. da S.; CASAGRANDA, E. A. (Orgs.). **Universidade e formação**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017, p. 13-35.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- SANTOS, C. R. A. de. Apresentação. In: APPEL, E. (Org.). **A universidade numa encruzilhada: seminário sobre universidade**. Brasília: UNESCO, 2003, p. 9-20.
- SEVERINO, António Joaquim. Pesquisa, pós-graduação e universidade. **Revista da Faculdade Salesiana**, Lorena, v. 24, n. 34, p. 60-68, 1996.
- TSALLIS, Constantino. Por que pesquisa na Universidade? **Ciência e Cultura**, v. 37, n. 4, p. 570-572, 1985.



SOBRE OS AUTORES

Jenerton Arlan Schütz: Doutorando em Educação nas Ciências (UNIJUÍ), Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUÍ), Especialista em Metodologia de Ensino de História (UNIASSELVI), Licenciado em História e Sociologia (UNIASSELVI) e Licenciado em Pedagogia (FCE). Bolsista CAPES. Professor da Rede Municipal de Ensino do Município de Santo Ângelo/RS. E-mail: jenerton.xitz@hotmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3603-7097>.

Cláudia Fuchs: Mestranda em Educação nas Ciências (UNIJUÍ), Especialista em Gestão Escolar (UNIASSELVI), Licenciada em Pedagogia (UCEFF – Itapiranga/SC). Professora da Rede Municipal de Ensino do Município de Ijuí/RS. Bolsista CAPES. E-mail: claudia_fr17@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7586-6747>.

Carlos Odilon da Costa: Pós Doutorando em Educação (FURB). Doutor em Educação (UNICAMP), Mestre em Educação (FURB), Especialista em Fundamentos e Metodologia de Ensino Religioso (FURB), Especialista em Metodologia de História e Geografia (UNIASSELVI), Especialista em Educação a Distância: Gestão e Tutoria (UNIASSELVI), Licenciado em Ciências da Religião (FURB), Licenciado em Geografia (UNIASSELVI), Licenciado em Pedagogia (FAEL), Professor Centro Universitário Leonardo Da Vinci/UNIASSELVI/Indaial-SC. E-mail: carlosodiloncosta@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8279-7855>.

Recebido em: 09 de novembro de 2019.
Aprovado em: 02 de janeiro de 2020.
Publicado em: 20 de janeiro de 2020.

